

QUEM VAI FICAR COM AS CRIANÇAS?: ORFANDADES E MATERNIDADES ESTABELECIDAS A PARTIR DA COVID-19

FLÁVIA FERREIRA PIRES¹
MOHANA MORAIS CAVALCANTE²
LAURA MARQUES LOPES³
PEDRO HENRIQUE GOMES DA PAZ⁴

RESUMO

Este artigo analisa orfandades e maternidades estabelecidas a partir da Covid-19. Para isso, apresenta três casos etnográficos, resultado de trabalho de campo realizado por uma equipe de quatro pesquisadores em 2023. São as histórias de três mulheres — uma avó, uma tia e uma irmã — residentes em três diferentes regiões geográficas no estado da Paraíba, no Nordeste brasileiro. Em meio a moralidades e afetos reforçados socialmente, cada uma delas assumiu o trabalho do cuidado de órfãos da Covid-19 em suas respectivas famílias. São, no total, dez crianças e adolescentes, com idade entre 2 e 17 anos. Concluímos que elas eram potenciais cuidadoras antes mesmo dos óbitos ocorrerem, e que a tutela obedeceu à identidade de gênero, ao grau de parentesco, ao laço sanguíneo, aos afetos, à idade, à proximidade geográfica e à condição financeira, acarretando impactos negativos em seus estilos e projetos de vida, e na saúde mental, nesse tempo que deu novo sentido às suas vidas, devastadas pelo luto.

PALAVRAS-CHAVE

Orfandades; Maternidades; Covid-19; Moralidades; Afetos.

WHO WILL TAKE CARE OF THE CHILDREN?: ORPHANHOODS AND MOTHERHOODS ESTABLISHED THROUGH COVID-19

ABSTRACT

This article analyzes orphanhoods and motherhoods established after Covid-19. To this end, it presents three ethnographic cases, the result of fieldwork carried out by a team of four researchers in the first half of 2023. They tell the stories of three women —a grandmother, an aunt and a sister— living in three different geographic regions in the state of Paraíba, in the Brazilian Northeast. In the midst of socially reinforced moralities and affections, each of them took on the work of caring for Covid-19 orphans in their respective families. There are a total of ten children and adolescents, aged between 2 and 17 years. We conclude that they

¹ Professora da Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Bolsista Produtividade CNPq e líder do grupo de pesquisa CRIAS: Criança, Cultura e Sociedade (UFPB/CNPq). Mãe de duas meninas. E-mail: fhp23279@gmail.com.

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora DTI-A CNPq, membra do grupo de pesquisa CRIAS: Criança, Cultura e Sociedade (UFPB/CNPq). Mãe do José, 10 meses. E-mail mohanamoraes@gmail.com.

³ Mestranda em Antropologia no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da UFPB. Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora negra membra do grupo de pesquisa CRIAS: Criança, Cultura e Sociedade (UFPB/CNPq). E-mail: lml@academico.ufpb.br.

⁴ Jornalista da UFPB. Doutorando em Antropologia (UFPB). Mestre em Jornalismo (UFPB). Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (UFPE). E-mail: pedropaz.jn@gmail.com.

were potential caregivers even before the deaths occurred, and that the guardianship obeyed their gender identity, degree of kinship, blood ties, affections, age, geographic proximity and financial condition, causing negative impacts on their lifestyle and life project, and on their mental health, during this time that gave new meaning to their lives, devastated by grief.

KEYWORDS

Orphanages; Maternities; Covid-19; Moralities; Affection.

QUI PRENDRA SOIN DES ENFANTS?: ORPHELINATS ET MATERNITÉS ÉTABLI À PARTIR DE LA COVID-19

RÉSUMÉ

Cet article analyse l'orphelinage et la maternité établis à partir de la Covid-19. À cette fin, il présente trois cas ethnographiques, résultat d'un travail sur le terrain réalisé par une équipe de quatre chercheurs en 2023. Il s'agit des histoires de trois femmes — une grand-mère, une tante et une sœur — résidant dans trois régions géographiques différentes de l'État de Paraíba, dans le nord-est du Brésil. Au milieu de moralités et d'affections socialement renforcées, chacun d'entre eux a assumé la tâche de prendre soin des orphelins du Covid-19 dans leurs familles respectives. Il s'agit au total de dix enfants et adolescents, âgés de 2 à 17 ans. Nous avons conclu qu'ils étaient des aidants potentiels avant même que les décès ne surviennent, et que la tutelle était basée sur l'identité de genre, le degré de parenté, les liens de sang, les affections, l'âge, la proximité géographique et la situation financière, avec des impacts négatifs sur leurs modes et projets de vie, et sur leur santé mentale, à un moment qui donnait un nouveau sens à leur vie, dévastée par le chagrin.

MOTS-CLÉS

Orphelinats; Maternités; Covid-19; Moralités; Affections.

¿QUIÉN CUIDARÁ DE LOS NIÑOS?: ORFANDADES Y MATERNIDADES ESTABLECIDAS A TRAVÉS DE COVID-19

RESUMEN

Este artículo analiza las orfandades y la maternidades establecidas a partir de Covid-19. Para eso, presenta tres casos etnográficos, resultado del trabajo de campo realizado por un equipo de cuatro investigadores en 2023. Son las historias de tres mujeres —una abuela, una tía y una hermana— que viven en tres regiones geográficas diferentes del estado de Paraíba, en el nordeste de Brasil. En medio de moralidades y afectos reforzados socialmente, cada una de ellas asumió la tarea de cuidar a los huérfanos de Covid-19 de sus respectivas familias. Son diez niños y adolescentes en total, con edades comprendidas entre los 2 y los 17 años. Concluimos que ellas eran cuidadoras potenciales incluso antes de que ocurrieran las muertes, y que la tutela se basó en la identidad de género, el grado de parentesco, los lazos de sangre, los afectos, la edad, la proximidad geográfica y la situación financiera, con impactos negativos en sus estilos y proyectos de vida, y en su salud mental, durante una época que dio un nuevo sentido a sus vidas, devastadas por el luto.

PALABRAS CLAVE

Orfandades; Maternidades; Covid-19; Moralidades; Afectos.

INTRODUÇÃO⁵

O objetivo deste artigo é analisar orfandades e maternidades estabelecidas a partir da Covid-19. Para isso, apresentaremos três casos etnográficos, resultado de trabalho de campo realizado por uma equipe de quatro pesquisadores no primeiro semestre de 2023. Esses casos contam as “hi[e]stórias” (Perez, 2013, p. 150) de três mulheres — uma avó, uma tia e uma irmã — residentes em três diferentes regiões geográficas no estado da Paraíba, no Nordeste brasileiro. Elas assumiram o trabalho do cuidado de dez crianças e adolescentes em orfandade pela Covid-19, com idade entre 2 e 17 anos, em meio a moralidades e afetos reforçados socialmente.

O trabalho integra nossos esforços de investigação científica socioantropológica acerca do Programa Paraíba que Acolhe (PPA), política pública de transferência de renda instituída pela Lei nº 12.049, de 14 de setembro de 2021, e regulamentada pelo Decreto nº 41.818, de 04 de novembro de 2021, a fim de assistir crianças e adolescentes em orfandade devido à Covid-19, como ação da Câmara Temática da Assistência Social do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste (Consórcio Nordeste), que deliberou pela criação de programa de mesma natureza em todos os estados da região, em 2021.

O estudo é baseado em análise socioantropológica, com trabalho de campo realizado através de visitas domiciliares aos beneficiários do Programa Paraíba que Acolhe. Os encontros duraram de uma a três horas e seguiram roteiro de entrevista semiestruturada e conversação. No processo, crianças, adolescentes e adultos sugeriram as indagações possíveis e cabíveis. Ressaltamos que visitamos pessoas enlutadas, famílias destruídas por uma morte precoce e, para muitos analistas, evitável, tendo em vista a política genocida do Governo Bolsonaro, que negligenciou a compra de vacinas e a instauração de confinamento social. Além do entendimento que nos possibilita a fala, a audição e a visão, estivemos abertas à compreender com o outros sentidos, como as sensações não esperadas, como a pura e singela unidade que vinha do luto compartilhado, que rompia no choro da nossa equipe, ou na exaustão emocional ao final do trabalho de campo.

Com as crianças e os adolescentes, trabalhamos com desenhos, pequenos textos (poemas, frases, exortações) e conversação durante essas produções lúdicas⁶. Partimos do princípio teórico e político de que as crianças e os adolescentes são sujeitos inteligíveis,

⁵ A autoria do artigo é igualmente compartilhada pelos quatro autores, assim como a pesquisa de campo e a concepção teórica do artigo. A primeira autora é a responsável geral pela pesquisa e pelo artigo.

⁶ Disponibilizamos pasta escolar contendo folhas de papel ofício para desenho, lápis grafite, borracha, apontador, canetas e lápis de cor.

capazes de colaborar com pesquisas científicas, nos filiando aos Estudos da Infância e à Antropologia da Infância e da Criança (Ferreira, 2023; James, 2007; Pires, 2008; Santos; Pires, 2018; Silva, 2013; Müller, 2012; Ribeiro, 2015; Sousa; Pires, 2020; Sousa; Pires, 2021).

Do ponto de vista teórico-conceitual, ao formular a pergunta “quem vai ficar com as crianças?”, nos propomos a refletir sobre “quem vai *cuidar* das crianças”. Nesse sentido, recorremos à antropóloga Márcia Longhi (2019) que, em diálogo com abordagens feministas do cuidado/*care*, nos alerta para três dimensões principais da categoria analítica do cuidado: 1) a prática do cuidado como um trabalho, muitas vezes, não remunerado; 2) o trabalho do cuidado permeado pela divisão sexual e pelas relações de poder androcêntricas e patriarcas, que feminilizam o cuidado, inviabilizam e desqualificam a mulher cuidadora, restringindo a sua atuação no mercado laboral; 3) o cuidado como relação composta por investimento afetivo, moral e emocional. Em síntese, compreendemos a conceituação do cuidado como:

Uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso ‘mundo’ para que possamos viver nele da melhor maneira possível. Esse mundo inclui nossos corpos, nós mesmos e nosso meio ambiente, e tudo em que procuramos intervir de forma complexa e autossustentável (Fischer; Tronto, 1990 *apud* Longhi, 2019, p. 151).

Além desta introdução, este artigo é constituído de mais quatro seções. Nas três primeiras, apresentaremos os casos etnográficos referentes a mulheres que residem nos municípios paraibanos de Picuí, João Pessoa e Campina Grande. No último tópico, promoveremos uma discussão e apresentaremos os resultados encontrados, para, na conclusão, retomar e destacar os pontos mais relevantes do debate.

DONA GLÓRIA: A AVÓ MATERNA DE MARINA E MARIANA⁷

Em uma segunda-feira, às 8h do dia 3 de julho de 2023, partimos do Campus I da UFPB, em direção à cidade de Picuí, situada no centro-norte do estado da Paraíba. Fomos transportados por uma caminhonete disponibilizada pela UFPB, dirigida por um motorista contratado pela direção de centro do CCHLA. A viagem, com duração de aproximadamente três horas e trinta minutos, percorreu rodovias do estado marcadas por paisagens de vegetação típica, cidades e pequenas comunidades. O objetivo da viagem foi a visita à casa de Dona Glória, avó materna de Marina (15 anos) e Mariana (13 anos), adolescentes em situação de orfandade bilateral devido à Covid-19 — situação social em que ambos os pais, responsáveis legais e/ou cuidadores principais faleceram (Lopes, 2023). As duas adolescentes são beneficiárias diretas do PPA.

Pouco tempo após o almoço, na tarde do mesmo dia, subimos as escadas rumo ao primeiro andar, segurando um bolo de amendoim que levamos para a visita, com a

⁷ Os nomes próprios dos interlocutores e das interlocutoras são pseudônimos; a região onde moram, não.

expectativa de conhecer pessoalmente aquelas pessoas e as suas realidades. A sala da casa, com um piso revestido de cerâmica na cor branca e paredes vermelhas e amarelas repletas de quadros com fotos de familiares, possuía uma pequena estante de televisão decorada com esculturas de anjos e imagens católicas, além de um frasco plástico de *spray* contendo o líquido transparente signo do período sindêmico (Singer; Rylko-Bauer, 2020): o álcool.

Figura 1. Estante na casa de Dona Glória, Marina e Mariana, com fotos de familiares, objetos católicos e frasco *spray* com álcool.



Fonte: Autoria nossa, 2023.

Ao iniciarmos a conversa, Dona Glória nos informou que, naquela casa de primeiro andar, moram ela, suas duas netas, Marina e Mariana, e um cachorrinho. Ela nos contou que, antes delas, já havia morado naquela mesma casa uma outra neta, de quem ela cuidou por muito tempo, e que agora estava em Campina Grande cursando o ensino superior. Ela nos disse que é aposentada e pensionista e que, com os valores desses benefícios, consegue tomar conta da casa. Seu plano de vida, antes da tragédia da Covid-19 que matou sua filha e o seu genro, era morar em Campina Grande com essa neta que ela criou e a quem tem muita estima — e da qual as meninas expressaram leve ciúme. Contudo, a necessidade de assumir o cuidado de Marina e Mariana, em orfandade bilateral, limitou o seu plano de mudar de cidade e continuar morando com a neta com quem morou por muitos anos.

Com um semblante de preocupação, a avó nos relatou que Marina tem questões de saúde mental graves, como depressão, ansiedade, prática de automutilação e diagnóstico de epilepsia. O valor do auxílio financeiro do PPA (R\$534,32 mensais) é majoritariamente direcionado ao custeamento dos seus tratamentos de saúde. Ela afirmou que as netas necessitam muito de apoio e acolhimento psicológicos para lidar com o trauma da perda do

pai e da mãe pela Covid-19. Ao ser perguntada sobre como ela lida com essa dor, ela informou que se apegava em Deus, como se este fosse o seu psicólogo.

Ao falar de sua filha falecida, Dona Glória se mostrou muito emocionada. A avó das adolescentes parecia querer preservar a imagem da filha e do genro, explicitando apenas qualidades e bons momentos dos falecidos — ao que Marina expressou contrariedade. Em contraste, as meninas estavam mais propensas a falar sobre situações desagradáveis que ocorriam no ambiente doméstico quando ainda conviviam com os pais, sobretudo revelando momentos de violência doméstica, de que Dona Glória afirmou não ter conhecimento.

Marina e Mariana definiram o pai como alcoólatra, bolsonarista, violento e ausente. Ele trabalhava como caminhoneiro, viajando durante semanas e voltando para casa em poucos finais de semana durante o mês, enquanto sua mãe trabalhava em uma instituição de ensino. Elas contam que não gostavam de conviver com o pai, mas que a mãe era uma pessoa maravilhosa. Exigente com relação às expectativas de futuro das filhas, confiava nelas e valorizava seus potenciais. As netas e a avó acreditam que a mãe das adolescentes contraiu a doença através do esposo, que não se isolou por conta do trabalho e possuía um comportamento de risco, sem seguir os protocolos de biossegurança recomendados pelas autoridades de saúde. As falas das meninas são marcadas por sentimentos de injustiça (principalmente pela morte da mãe), de indignação (com a má gestão da pandemia pelo então presidente Jair Bolsonaro), de saudade e de luto.

Toda a família contraiu a doença. Mãe, pai e as duas meninas possuíam obesidade como comorbidade e fator de risco, em caso de infecção pelo novo coronavírus. Após contraírem a doença e avançarem para um quadro grave, os pais das adolescentes foram internados em hospitais diferentes na cidade de Campina Grande. Marina também contraiu Covid-19, ficou em estado grave e foi encaminhada para tratamento no município de Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, onde possui uma tia. Mariana ficou isolada em um quarto na casa da tia, na mesma cidade. Durante a internação, Marina não sabia o que estava acontecendo com os seus pais, tampouco da gravidade de seus quadros clínicos. Em um momento da nossa visita, ao comentar sobre o momento em que a morte dos seus pais foi anunciada para ela, afirmou com a voz embargada: “seu mundo cai, você não espera” (Marina, 2023). Nesse momento, ela se mostrou indignada por não ter sido informada previamente sobre a condição dos pais.

Atendendo à nossa proposta de criar um desenho ou escrito acerca da sua perspectiva sobre o PPA, a situação de orfandade, a memória familiar ou outro tema livre, Marina, que nos revelou encontrar na escrita de poesias um refúgio, nos concedeu a seguinte produção (figura 2), falando sobre mortes, perdas, memórias e sua mãe.

Figura 2. Poemas escritos por Marina, entregues à equipe de pesquisa, com temas em torno da morte, do luto e da memória da sua mãe.

Reconheço que tudo tem fim,
mas racionalidade consola a falta
de sua sogr.
(Queridos velhinhos Teria de ir antes,
dos 18 anos ?)

- Partidas doem...
- Não, fins doem. A partida é como
uma virgula, a história continua.
Mas aquele bem depois de um ponto
final? Bem, esses são os fins.
(Obrigado a todos os que partiram,
minha história tem um pouco de
fim.)

Mamôe I
Para evitar seu esquecimento,
enraizei-te em mim e como projeto
te apresento ao mundo.

Mamôe II
Rever seus vestígios já não me são
motivos de lágrimas.

Fonte: Marina, 15 anos, 3 de julho de 2023, Picuí (PB).

Quando perguntada sobre a família paterna das meninas, Dona Glória nos informou que os parentes paternos não se mobilizaram para assumir a guarda das adolescentes e se responsabilizar pela criação e pelos cuidados delas; ademais, as meninas afirmaram que elas não queriam ficar com eles, de qualquer forma. Assim como o pai era ausente e distante, a família paterna também não possui proximidade com as meninas.

Alguns fatores condicionaram a assunção do cuidado de Marina e Mariana por parte de Dona Glória. São eles: a distância da família paterna, reduzindo as opções de cuidadores; o fato de ser avó materna; a experiência anterior de Dona Glória cuidando de outra neta; a ida dessa neta a Campina Grande para cursar o ensino superior, cedendo espaço na casa da avó; e a estabilidade financeira proporcionada por sua pensão e sua aposentadoria.

Acerca da intergeracionalidade, evidencia-se uma transferência de responsabilidades de cuidado entre gerações diferentes após o falecimento dos pais das adolescentes, indo dos pais à avó materna. Nesse contexto, a avó aparece como uma rede de

apoio e segurança para as netas, diante da morte dos seus pais e da ausência e inércia da família paterna. Aquela assume não apenas a responsabilidade de abrigar e suprir as condições materiais de existência das adolescentes, mas também de organizar a rotina (referente à educação, ao lazer e à prática de exercícios físicos, por exemplo) e lhes oferecer um suporte afetivo e emocional.

Os recursos da avó são fontes importantes de sustento, mas a complexidade das necessidades das netas, incluindo despesas com tratamentos de saúde mental, excede os recursos pessoais da avó, que são divididos entre o cuidado com as netas, com o ambiente doméstico e consigo. O caso ilustra como a combinação de recursos familiares e recursos advindos de políticas de transferência de renda são essenciais para a garantia do cuidado integral. Além disso, transcendendo um ideal puramente econômico, é reafirmada a urgência do estabelecimento de uma rede pública de apoio às questões de saúde mental específicas desse grupo em vulnerabilidade — as crianças e os adolescentes em situação de orfandade pela Covid-19.

Na tessitura existencial de Marina e Mariana, o cuidado da avó assume diferentes faces e responsabilidades, considerando a complexidade da situação social da orfandade bilateral vivenciada pelas adolescentes. Dona Glória assume, então, as posições de provedora financeira familiar — para além do benefício social advindo da política pública — mobilizando-se em prol da garantia de moradia, alimentação, lazer, estudo e outras despesas materiais cotidianas das netas.

São notáveis os reajustes nas dinâmicas familiares ocorridos após os falecimentos pela Covid-19 do pai e da mãe de Marina e Mariana, com Dona Glória sendo colocada no papel central da redefinição do cuidado e da maternidade das adolescentes. Os impactos da morte e da orfandade desembocam na transformação dos papéis assumidos por Dona Glória: antes avó materna, agora também cuidadora principal. Elucidam-se, então, a dinamicidade e a adaptabilidade das relações familiares (Fonseca, 2005; Scott, 2011) em contextos críticos — nesse caso, face às circunstâncias sindêmicas.

JANDIRA: TIA MATERNA DE MATIAS, HELOÍSA, ADRIAN E SAMUEL

Fazia três semanas que a Organização Mundial da Saúde (OMS) havia declarado o fim da emergência sanitária por conta da pandemia da Covid-19, quando realizamos nosso primeiro trabalho de campo, na manhã de 27 de maio de 2023. Saímos do campus I da UFPB em João Pessoa, no bairro do Castelo Branco, em direção à área rural de Gramame, também na Zona Sul da capital paraibana. Jandira (53 anos) transferiu de última hora, na noite do dia anterior, o encontro da casa dela para um sítio, que descobrimos, posteriormente, durante a

visita, ser propriedade dos patrões de Edilma (50 anos), sua irmã e tia materna das crianças e do adolescente.

Conhecemos Matias (14 anos), Heloísa (9 anos), Adrian (3 anos) e Samuel (2 anos), em situação de orfandade monoparental pela Covid-19 devido ao falecimento da mãe e beneficiários diretos do Programa Paraíba que Acolhe. Nos sentamos em cadeiras distribuídas pelo espaço do terraço da casa avarandada e começamos a conversar com as irmãs Jandira e Edilma.

Edilma segurou Samuel em seu colo na maior parte do tempo em que estivemos de visita. As outras duas crianças e o adolescente se mostraram tímidos, observando-nos com atenção, interagindo aos poucos. Durante a conversa, Jandira nos contou que ela não queria ser mãe, mas, com a perda repentina da irmã para a Covid-19, passou a criar os quatro sobrinhos. Na época, ela trabalhava como empregada doméstica e precisou fazer acordo com os patrões para reduzir a sua jornada de trabalho de cinco para dois dias. Uma estratégia para que não abandonasse o trabalho em definitivo e perdesse sua autonomia financeira e direitos previdenciários.

Jandira nos relatou que a sua irmã, Amélia, tinha 34 anos, era evangélica e estava grávida de seis meses quando foi vítima da Covid-19. Acredita-se que Amélia tenha se infectado em uma de suas idas a um hospital da capital paraibana, por conta dos cuidados de pré-natal. Depois de ser diagnosticada, Amélia precisou ficar internada. Em seguida, foi entubada. As notícias chegavam à família por meio de ligações telefônicas realizadas pela equipe médica, já que acompanhantes e visitas estavam proibidos, com o intuito de evitar novos contágios.

Segundo Jandira, Amélia era cabeça dura. Fanática religiosa, pertencia um ramo conversador de uma igreja neopentecostal e negligenciou os cuidados com o novo vírus, aderindo ao posicionamento que ficou conhecido como “negacionismo”, ação daqueles que negavam a gravidade da doença e seus índices de mortalidade. Já com sintomas da infecção, enviou esta mensagem — a qual seria a sua última — via *WhatsApp* para seus irmãos: “Oi, estou indo para o hospital e não sei nem se volto”.

Durante o internamento, foi necessário passar por uma cirurgia de emergência para a retirada do bebê, Samuel, que nasceu prematuro, mas sobreviveu. Mais ou menos um mês depois, Amélia veio a óbito, por agravamento do seu quadro clínico em virtude da Covid-19.

Amélia era casada, mas os quatro filhos não ficaram com o pai durante seu internamento e após a sua morte. De pronto, permaneceram com a irmã do genitor por mais ou menos um mês durante o tratamento hospitalar e após a morte de Amélia, porque ele precisava sair para trabalhar, segundo nos disseram. Mas, Jandira não sentia confiança nos cuidados da cunhada da sua falecida irmã e decidiu ficar com as crianças e o adolescente. Na sua visão, esta não cuidava bem deles, porque não empreendia um cuidado ideal (Genta,

2019), que, no seu entendimento, significa educar, levar à escola. Além disso, Jandira julgava ser mais íntima dos sobrinhos.

Durante um curto período antes de morarem definitivamente com Jandira, seus sobrinhos ficaram na casa de uma cunhada dela, enquanto ela preparava espaço para recebê-los. Depois de assumir o cuidado dos sobrinhos, o bebê Samuel passou a ficar com sua irmã Edilma, com o intuito de compartilhar o trabalho do cuidado para tornar suas vidas sustentáveis em alguma medida (Garganté, 2017). Ela disse:

No começo, quando a minha irmã foi internada, eles ficaram com a minha cunhada que mora aqui perto. É, ela estava dando apoio e ficaram acho que uns 15 dias com a minha cunhada. Aí depois do acontecido, da reviravolta que ela veio a falecer, aí ficou com o pai. Os três ficaram com o pai, até Samuel sair do hospital. Samuel ainda passou uns dias no hospital. Aí depois ele teve alta e ficou com a irmã dele, entendeu? Ele tem duas irmãs. Elas também têm criança, muita responsabilidade pra elas, aí não deu muito certo, entendeu? Como a gente já tinha mais intimidade com os meus sobrinhos, a gente tinha mais convivência do que as irmãs dele [do pai das crianças], eles não se adaptaram lá. Aí a gente se sentou, conversou e eu resolvi ficar com eles (Jandira, 53 anos, julho de 2023, João Pessoa/PB).

Em seu relato, Jandira afirmou que tinha ideia de que teria dificuldades para cuidar das quatro crianças. O mais novo, Samuel, é PCD (pessoa com deficiência), foi diagnosticado com Síndrome de West, um tipo raro de epilepsia que se manifesta geralmente no primeiro ano de vida. Essa síndrome é identificada por meio de exames eletroencefalográficos e sinais clínicos, como atraso no desenvolvimento e espasmos físicos, que podem não ser notados ou confundidos com cólicas. Quando percebidos, os espasmos se dão por meio de flexão súbita da cabeça, afastamento dos membros superiores e flexão das pernas.

O cuidado com Samuel foi posteriormente passado para a tia Edilma. Ela, que também não tem filhos biológicos, aceitou ficar com o sobrinho e criá-lo como filho. Trabalhando a muitos anos como doméstica em uma casa de família e tendo criado os dois filhos da patroa, hoje ela continua nesse trabalho, conta com a ajuda da filha da patroa para “olhar” Samuel e escolheu a patroa como madrinha do menino. Ela garante que estão batalhando para que Samuel tenha um bom desenvolvimento, inclusive a madrinha do menino estava tentando incluí-lo no plano de saúde da sua família.

Atualmente, Samuel faz tratamento com uso da cannabis. As tias estão batalhando para recorrer ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para que ele receba o Benefício Assistencial à Pessoa com Deficiência (BPC/LOAS). “Samuel chegou para mudar minha vida. Quem cuida de criança não vive”, disse Edilma (2023). Entre os cuidados, está o de levá-lo à fisioterapia e ao neurologista, serviços de saúde custeados com recursos próprios, porque ele ainda não conseguiu atendimento gratuito pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Por enquanto, Samuel não anda e nem fala. Segundo os médicos, a síndrome pode ter sido ocasionada pela Covid-19, pelo parto prematuro ou pela junção dos dois fatores. Durante a conversa, Edilma disse:

Graças à ajuda financeira do Paraíba que Acolhe, compramos as coisinhas deles, porque você sabe que criança tem um gasto muito, muito grande, né? Eu não tenho que estar com preocupações diante da situação que a gente vive no Brasil, né? Tirando o dele [benefício de Samuel], dá pra fazer a compra do mês, passa uns vinte dias tranquilo, entendeu? Aí como eu ainda trabalho e tem mais o apoio dos patrões, dá pra gente ir se virando, rebolando pra dar o melhor pra eles (Edilma, 50 anos, julho de 2023, João Pessoa/PB).

Com o acolhimento dos quatro sobrinhos e sem ainda receber os auxílios do PPA, o orçamento de Jandira ficou apertado. Não dava mais para pagar o aluguel. Por isso, ela foi morar com eles na casa de um irmão seu, que é solteiro e pai de dois adolescentes. Jandira, portanto, passou a cuidar de seis crianças e adolescentes. No total, oito pessoas vivem na mesma casa, tornando a questão da moradia ainda mais central em sua vida. Agora, está construindo uma casa própria, com a ajuda dos benefícios do PPA. Foi e continua sendo uma mulher malabarista em uma sociedade desigual (Faur, 2014).

O recorte de gênero da feminilização do cuidado; as discordâncias familiares (entre família paterna e materna) acerca do que é considerado “cuidar” das crianças e do adolescente; as relações parentais e emocionais estreitas entre tias maternas e sobrinhos; o fato de o irmão homem já cuidar de dois filhos; a circunstância de nenhuma das tias maternas possuírem filhos e, por isso, serem vistas como “livres” para assumir o cuidado de outrem: esses são alguns dos fatores que se mostraram decisivos à assunção do cuidado de Matias, Heloísa e Adrian por Jandira e de Samuel por Edilma. São fatos que parecem ter reconfigurado a responsabilidade do cuidado em termos matrilineares: da mãe, agora falecida pela Covid-19, para as irmãs da mãe.

Edilma nos contou que também nunca quis ser mãe e que a sua vida era bem diferente da que tem hoje. Disse que os finais de semana eram para diversão, dança e bebedeira, que a sua vida não era nada regrada, e que a figura de mãe nem sequer combinava com ela. Edilma disse gostar muito de jogar futebol, coisa que não fazia desde que “pegou Samuel”.

Jandira afirmou que quer a guarda dos sobrinhos, mas o genitor não quer concedê-la. Heloísa é a que sente mais falta do pai. Ao mesmo tempo que gostaria de voltar a ser um bebê para ter sua mãe de volta, segurando-a em seu colo, como nos contou, a menina deseja crescer rápido para construir uma casa maior e mais espaçosa, que comporte toda a sua família extensa.

Apesar das adversidades, as tias enfatizam que a chegada das crianças ressignificou a forma de enxergar as coisas e impulsionou uma mudança de plano na vida delas.

LUARA: IRMÃ DE LETÍCIA, LUAN, LUCAS E LAURA

Nosso destino era para Campina Grande, cidade a 126 km de João Pessoa. O percurso foi feito no mês de junho de 2023, época marcada pelas festividades juninas na cidade, pelo frio característico da região e por chuvas que ocorrem com frequência — três fatores que ajudaram a embalar as visitas realizadas naqueles dias. Era uma quinta-feira, 15 de junho, quando conhecemos Luara (21 anos), mãe de um menino e responsável legal por seus quatro irmãos mais novos.

A família é formada por ela, seu companheiro com quem se relaciona desde os 13 anos, seu filho de três anos e meio e os quatro irmãos. Entre os cuidados domésticos e a vida cotidiana, ela tenta concluir o ensino fundamental, acompanhada pelo marido, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no período noturno. Luara viu sua família mais do que dobrar em 2021, quando passou a ser responsável legal por seus quatro irmãos — duas crianças e dois adolescentes que, assim como ela, ficaram órfãos de mãe após complicações em decorrência da Covid-19. Seus irmãos são Letícia (17 anos), Luan (14 anos), Lucas (4 anos) e Laura (3 anos).

Chovia bastante naquela manhã, o GPS não conseguiu localizar o endereço, ficamos um bom tempo perdidos no bairro, e, além disso, o carro cedido pela universidade apresentava problemas mecânicos. O motorista precisou nos deixar lá para tentar levar o carro a alguma oficina. Ainda nesse cenário, enquanto estávamos tentando nos localizar, sentímos os olhares de desconfiança dos moradores. Depois que saímos do carro, o motorista que nos acompanhava, mesmo trajando uma blusa com identificação da universidade, foi abordado por dois rapazes que perguntaram se éramos da polícia ou algum órgão de fiscalização⁸. No final da entrevista, quando encontramos novamente o motorista, ele nos informou que aquele bairro é conhecido por seu alto índice de criminalidade. Não encontramos informações oficiais que confirmem isso, apenas matérias jornalísticas.

Só depois de ligar para Luara, que enviou o irmão Luan a pé ao nosso encontro, nós chegamos. Estávamos longe, havia muita ladeira para descer ainda. A rua era íngreme, pavimentada, larga, arborizada e de lá podíamos ver uma grande área verde montanhosa, onde era possível enxergar até cavalos, imagem típica de zona rural, apesar de estarmos numa região urbana. Notamos também muitas diferenças estruturais entre as casas no início da rua e as que iam finalizando e ficando mais próximas da área verde, como era o caso da casa de Luara. No início da rua, as casas eram de alvenaria, pintadas e com signos de acesso a bens de consumo; já perto da casa a ser visitada, as casas não tinham reboco, não havia calçada, existia mato na frente, e o acesso era feito de improviso com algumas pedras.

⁸ A desconfiança sobre a nossa intenção de ouvi-los sobre o PPA foi uma constante em nossas visitas. Desconfiava-se com frequência de que éramos agentes do governo do estado ou algum tipo de fiscalização — mas isso é assunto para outro texto.

A casa, localizada em um declive da rua, é feita no estilo de construção conjugada, onde todas as casas vizinhas são coladas umas nas outras, quase como se fossem uma só, sem divisão por becos ou calçadas. A aproximação entre as casas parece refletir a relação entre os vizinhos. Durante a nossa estada na casa, três vizinhas entraram e saíram sem muita cerimônia, parecendo à vontade para circular naquela casa quando quisessem. A construção simples era dividida entre um pequeno terraço, dois quartos, uma cozinha e uma salinha onde ficamos conversando. Todos os ambientes eram divididos por cortinas improvisadas, o chão era de piso de cimento grosso, paredes estavam por pintar e apresentavam muitas marcas de umidade. A casa, cedida pelo pai do marido de Luara, acolhia a família que, naquela ocasião, contava com sete pessoas.

Ficamos sentados na sala junto com Luara, que encarava nossa visita como uma espécie de fiscalização do programa, apesar de termos explicado o motivo da nossa ida antes e durante o processo de conversa. Uma cadeira de balanço, um sofá pequeno e uma cadeira de plástico branca. Completava o cenário da sala uma televisão de tamanho médio fixada na parede. Após uma breve apresentação da pesquisa, começamos a ouvir Luara, perguntamos a ela sobre sua história e a da família, sobre a mãe, sobre as crianças, sobre os cuidados no dia a dia, sobre a Covid-19, sobre o luto.

Nossa conversa aconteceu principalmente com Luara. Os irmãos, apesar de estarem em casa durante nossa visita, não quiseram participar, e o marido foi sentindo-se confortável para participar somente do meio para o fim da entrevista, embora sua contribuição tenha sido importante. Foi uma das mais difíceis conversas da pesquisa (não se trata de uma coincidência o fato de ser uma das casas mais pobres). Era nítida a preocupação dela com uma visita “possivelmente” avaliadora; percebemos que ela buscava a resposta “certa” para as perguntas que fazíamos, e demorou para que, de fato, saíssemos de um sistema de perguntas e respostas para entabular uma conversa propriamente dita. E só então enxergamos todo o contexto dessa irmã mais velha, possuidora da tutela dos irmãos mais novos, situação que envolve várias camadas de vulnerabilidade e sofrimento — econômicos, sociais e afetivos.

Luara cresceu em um núcleo familiar conturbado. Segundo ela, o pai tinha problemas com bebida e agredia todos da casa. Desse primeiro “casamento”, a mãe teve três filhos, sendo Luara a mais nova. O casamento se desfez, e cada integrante do primeiro núcleo foi para um lugar diferente. Posteriormente, a mãe, que passou um tempo sem um relacionamento sério, uniu-se ao homem que viria a ser o pai dos irmãos mais novos de Luara (não ficou claro se os mais velhos, Letícia e Luan, também seriam filhos dele).

Enquanto falava da mãe, dos problemas e da personalidade que tinha, Luara ia tentando justificar seus comportamentos. Para ela, o que aconteceu com a mãe foi resultado de uma vida muito sofrida e baseada em más escolhas: “Não encontrou alguém que ajudasse

ela, nem que cuidasse dos meninos. Esse último mesmo, a última vez que veio aqui foi fazendo confusão na porta, eu prefiro que nem venha [...] Só apareceu quando mãe morreu" (Luara, 2023).

O último companheiro da mãe não se diferenciava muito do pai dela, pois também tinha problemas com álcool, além de ser usuário de drogas. Segundo Luara, a mãe e os irmãos eram agredidos com frequência, estavam em situação de vulnerabilidade social e não tinham moradia definitiva. Tudo isso fez com que ela, aos 19 anos, procurasse a mãe para tentar ajudá-la. Segundo ela, não eram raras as situações em que ela tinha que intervir e propor à mãe que "largasse dele".

A situação se manteve até a mãe engravidar da irmã mais nova em 2020. Grávida, com problemas de saúde sérios (dos quais Luara não sabia exatamente dizer do que se tratava), sendo agredida constantemente, a mãe passava por uma gravidez difícil quando foi morar com a filha, o neto e o genro. Essa decisão foi motivada, principalmente, porque iria precisar de ajuda com a bebê recém-nascida e assistência com os tratamentos médicos. Depois que a menina nasceu, ela passou um ano entre idas e vindas ao hospital.

Ela ficou mais doente depois do nascimento de Laura. Antes ela tinha problemas no coração e fígado, umas coisas assim. Quando a menina nasceu, ela não ficou bem, deixaram ela muito tempo esperando para nascer, sendo que ela não tinha mais condições. Depois disso ela vivia com a barriga "enchendo de água", aí ia lá [no hospital] e eles tiravam, tinha cansaço, tontura [depois do parto]. Tenho para mim que foi algo errado lá no parto. Em uma dessas idas por conta de estar toda inchada, pegou para lá a Covid e morreu, disseram que foi disso, não sei, mas pode ter sido dessas coisas que ela teve também (Luara, 21 anos, julho de 2023, Campina Grande /PB).

Perguntamos se ela achava que a Covid-19 tinha levado a mãe à morte porque esta já estava debilitada, e ela inclinou a cabeça para a direita e disse: "não sabemos nem o que ela tinha, ninguém veio dizer nada, e eu não tive como ir atrás" (Luara, 2023). Luara confirmou que, no obituário, a causa da morte foi Covid-19.

Antes de se responsabilizar pelos irmãos, Luara se responsabilizou pela mãe. Segundo ela, havia muito tempo que tentava alertar a mãe não só sobre seu relacionamento, mas também com relação a saúde e o cuidado com os irmãos mais novos. O marido de Luara confirmou que pouca coisa mudou com a morte da sogra, já que a esposa sempre esteve ocupada e preocupada com a mãe e os irmãos. Perguntamos o que ele achava de assumir a responsabilidade com os irmãos da esposa, e ele deu um sorriso sem graça e falou: "tá, mas fazer o que?" (Luara, 2023). Luara complementou dizendo que os dois menores até tratam seu marido como pai.

Seguimos ouvindo seu relato, quando fomos interrompidos por um senhor que gritava à porta por Luara. Ela saiu para atendê-lo e ouvimos toda a conversa. O senhor estava ali para se queixar que uma das irmãs mais velhas de Luara (do primeiro casamento de sua mãe, que não estava sob a sua tutela), havia furtado um celular de dentro da sua residência.

O homem completou que estava ali para avisá-la pois, em respeito a ela, gostaria de tentar resolver a situação amigavelmente. Luara voltou para a sala ciente de que havíamos ouvido a história, e foi então que seguiu a narração da sua vida e dos familiares, deixando cada vez mais claro que, se não fosse ela a responsável pelos irmãos, quem seria?

Quando a mãe faleceu, seus irmãos já moravam em sua casa. Ela ainda chegou a tentar fazer uma distribuição das crianças entre a família, tias e avós, mas nenhum membro se dispôs. Entre suas duas irmãs mais velhas, uma morava em João Pessoa, tinha formado a própria família com filhos e marido, e não quis acolher. A outra, envolvida em pequenos delitos e usuária de drogas, não poderia acolher. O pai das crianças, também usuário e agressor, não era uma opção; e casas de acolhimento não foram cogitadas por ela. Luara, de 21 anos, era a adulta mais responsável da família.

Vivendo com a ajuda do sogro e dos “bicos” que o marido faz, logo após a morte da mãe, ela recorreu à mendicância para não passar fome junto com os irmãos.

Não tenho vergonha de dizer que eu ia com eles pedir no sinal, a gente saia pedindo nas portas e também recebia uma cesta básica da secretaria de Assistência Social [...]. Eu nunca tinha feito uma feira mesmo, até receber esse auxílio, agora eu vou no mercado e não fico pegando só um cuscuz ou um açúcar. Eu faço a feira pra gente (Luara, 21 anos, julho de 2023, Campina Grande/PB).

Durante nossa conversa, Luara chorou por diversas vezes, comentou sobre o cansaço que estava sentindo, sobre as dificuldades de impor respeito à irmã adolescente, que tem apenas 3 anos a menos que ela, e de desistir de ter mais um filho. Apesar de desejar o segundo bebê, o marido não aceita, alegando que a casa está muito cheia, e os recursos, contados. Por fim, desabafou sobre uma angústia constante, a falta de vontade de sair de casa e o sentimento de ser bem mais velha do que a idade que tem. Questionada se fez ou fazia algum acompanhamento psicológico, ela disse que não.

Em um cenário onde todos os adultos pareciam padecer diante de outras demandas, Luara foi levada a tomar as rédeas da vida da mãe e dos quatro irmãos. Não havia outras opções que assegurassem o bem-estar das crianças, não havia interesse afetivo de outro familiar para acolher as crianças. Luara não tinha condições financeiras, mas, na ausência de outros, ela materna compulsoriamente. Não há romantismo na fala de Luara, tampouco heroísmo; ela queria poder ter dividido o fardo da responsabilidade de cuidar e alimentar mais quatro pessoas. Certa de sua responsabilidade social e afetiva com os irmãos, ela não teve escolha.

Hoje a família não pratica mendicância; vive das três bolsas que recebem do PPA, no valor de R\$1.602,96, o que, dividido entre os moradores da casa, perfaz R\$228,99. Antes de irmos embora, ela nos contou que ninguém sabe que eles recebem o benefício do PPA. Disse que prefere manter isso em segredo porque tem medo de que, com vistas no dinheiro, o pai das crianças reivindique a guarda delas.

Quando questionada sobre seus planos para o seu futuro, ela não soube responder.

E AGORA, QUEM CUIDA DAS CRIANÇAS?

Nos três relatos etnográficos trazidos à baila, no que se refere ao cuidado com as crianças assumido pelas mulheres, entram em jogo componentes que dizem respeito à identidade de gênero. Claramente são mulheres que assumem as crianças em situação de orfandade pela Covid-19. Embora um pai tenha falecido, o genitor estava vivo nos dois outros casos. Avôs e tios também existiam, mas não foram cogitados como possíveis cuidadores. Isso indica que o cuidado com as crianças é feminilizado. Embora isso não seja novidade na literatura, é importante ser pontuado. Do mesmo modo, vale destacar ainda que, seja a cuidadora a avó, a tia ou a irmã, as cuidadoras pertencem à família extensa materna das crianças e adolescentes, reforçando as questões de gênero que imperam nesse tipo de dinâmica social.

Na decisão de quem fica com as crianças, o laço de parentesco é fator primordial. Em nenhum dos casos analisados pela pesquisa, no total geral de quatorze famílias, até o momento, a criança foi para casas de pessoas não parentadas. A avó materna é, sem dúvida, a escolha preferencial, ou a que parece ser o destino “natural” das crianças e adolescentes quando “falta a mãe”. É importante dar o merecido destaque à centralidade das avós maternas, uma vez que parece ser essa a opção preferencial no cuidado das crianças e adolescentes no caso de orfandades. Essa questão merece ser melhor investigada.

A idade de quem cuida também é um fator importante, que nos leva a compreender parcialmente a opção pela tia e a avó. Mas a idade por si só não configura elemento limitante; é necessário que esteja associada a algum grau de estabilidade financeira e emocional. O caso de Luara chama atenção também por sua singularidade, uma vez que se trata de uma jovem mãe de criança pequena. Mesmo muito jovem e sem estabilidade financeira, viu-se na obrigação de ficar com os irmãos, diante de uma situação familiar de extrema vulnerabilidade. Assumir a maternidade dos irmãos é uma grande responsabilidade, em muitos contextos, e essa ação de “assumir” passa por várias camadas afetivas e morais. Quando a mãe não está presente ou não pode cuidar dos irmãos, assumir essa responsabilidade pode ser necessário para garantir a permanência da família no mesmo lar, seu bem-estar e a afetividade do núcleo sanguíneo. Ao longo da pesquisa, percebemos que, na falta de avós ou tias que tomem a dianteira, os irmãos mais velhos têm lugar de destaque.

Luara, enquanto conversava sobre a vida após a morte da mãe, chorava, apontando os momentos de sobrecarregas, pressão social e desafios enfrentados com os familiares, denunciando algo que também estava presente nas outras três histórias: o comprometimento da saúde mental. No choro de desabafo da jovem, ficava evidente o

impacto emocional que a perda da mãe lhe causou, reforçado pela urgência em cuidar dos irmãos. O seu momento de luto foi silenciado, e, enquanto estava tentando lidar com a perda, precisava se mostrar forte e estável para seus irmãos, principalmente para a recém-nascida, em orfandade ainda no seu primeiro ano de vida. Isso pode dificultar o processo de luto e reduzir os recursos emocionais disponíveis para cuidar de si mesma.

O caso das tias nos remete à mudança de planos necessária após a chegada das crianças. Ambas, com mais de 50 anos, não tinham o desejo de serem mães, não tinham um relacionamento afetivo ou qualquer outro tipo de obrigação legal que não fosse com elas mesmas. Na ausência do pai, da família paterna e até de outros familiares, elas se sentiram na obrigação de ficar com os quatro, incluindo a responsabilidade de cuidar de uma criança com problemas sérios de saúde.

O que estamos enfatizando é que a responsabilização por essas crianças e esses adolescentes demandou mudanças de planos e estilo de vida: frustrar o desejo de mudar de cidade, como no caso de Dona Glória; modificar o estilo de vida, como no caso de Edilma, tia materna que se responsabiliza por Samuel — criança com Síndrome de West; abrir mão de ter filhos gestados por ela, como no caso de Luara. Ao mesmo tempo, em alguns casos, a presença das crianças na casa pode trazer conforto aos corações, significar a esperança em tempos melhores e ser mola propulsora para seguir a vida. Nesse sentido, ter que cuidar de alguém é uma responsabilidade que acaba trazendo benefícios para o cuidador. Ou seja, as famílias enlutadas muitas vezes encontram conforto nas próprias crianças e nos adolescentes.

Além disso, podemos pensar o cuidado como um exercício da *avoternagem*, *tiaternagem* e *irmãternagem* (Cavalcante, 2022), ou seja, quando as avós, tias e irmãs cuidam, [...] porém procurando não substituir esse fazer com o fazer da mãe, buscando não se apropriar do lugar da maternagem genitora" (Cavalcante, 2022, p. 17). Considerando as rupturas parentais e familiares postas pela morte devido à Covid-19, esse cuidado é tido, então, como o "[...] exercício de suprir e/ou substituir lacunas da maternagem" (Cavalcante, 2022, p. 17).

Após o falecimento do pai e das mães, Dona Glória avoterna, Jandira e Edilma tiaternam, e Luara irmãterna, de modo integral, [...] fornecendo subsídios alimentares, afetivos e cuidados para manutenção da vida" (Cavalcante, 2018). Ou seja, exercem o cuidado com a intenção de garantir o bem-estar e desenvolvimento saudável das netas, dos sobrinhos e irmãos, assumindo responsabilidades antes atribuídas às mães destes. Os impactos familiares em decorrência da mortandade e da orfandade pela Covid-19 gritam. Em seus ecos, ouve-se uma palavra: mãe. Morre uma mãe, e, com a orfandade fruto dessa morte, transformam-se a mãe da mãe, as irmãs da mãe e a filha da mãe em cuidadoras principais dos filhos de uma mãe falecida.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Assumir a maternidade significa assumir as tarefas cotidianas que normalmente uma mãe faria, como alimentá-los, vesti-los, levá-los à escola, auxiliar nas demandas de desenvolvimento e sobrevivência, além de ter que proporcionar uma atmosfera de segurança e carinho, idealmente. A pessoa que assume a responsabilidade de não faltar para o outro, a responsabilidade de cuidar, independentemente da circunstância, é aquela pessoa que não tem o direito de se eximir do cuidado. Portanto, estamos falando de pessoas que, movidas por fatores complexos e muitas vezes conflitantes, assumiram um compromisso ao qual não cabia recusa. Quem, senão elas, poderiam se comprometer com essas crianças e esses adolescentes?

O cuidado é o que mantém a sobrevivência da raça humana; cada ser humano vivo, em algum momento, precisou ser cuidado. O ser cuidado não é optativo na infância. Contudo, cuidar é uma tarefa que carrega um peso social e emocional muito grande. Como vimos, seja a avó, a tia ou a irmã, a necessidade de suprir as lacunas deixadas pela orfandade é uma função que exige abnegação (Carneiro *et al.*, 2022; Cavalcante, 2022; Puig de la Bellacasa *et al.*, 2023; Zelizer, 2011; Federici, 2018).

As maternidades — ou avoternidade, tiaternidade e irmãternidade (Cavalcante, 2022) — que analisamos, foram estabelecidas para garantir o cuidado dessas dez crianças e adolescentes em situação de orfandade pela Covid-19. Foram as figuras femininas da família que assumiram o compromisso negado ou sequer pensado pelos demais familiares. As três mulheres assumiram o trabalho de cuidado, em meio a um sentimento de moralidade e afetos reforçados socialmente que fez com que elas não enxergassem outra opção.

Concluímos que a forma como a ideia de cuidado é construída socialmente fez com que essas mulheres fossem consideradas cuidadoras. É relevante destacar que a maternidade assumida, que tem algo de compulsória no caso dos órfãos da Covid-19, obedeceu à identidade de gênero, ao grau de parentesco, ao laço sanguíneo, aos afetos já estabelecidos, à idade, à proximidade geográfica e à condição financeira.

Na determinação de quem vai ficar com as crianças, parece ocorrer uma avaliação racional, muito bem pensada pelos sujeitos, que levam em conta variados fatores. Há níveis mais ou menos ideais que determinam para onde as crianças vão: mais idade, condições financeiras e emocionais estáveis, proximidade geográfica, laços de afetos prévios bem estabelecidos — que se revertem em um interesse genuíno pelo bem-estar da criança. Na ausência de um desses fatores ou mais de um, as famílias vão se adaptando às circunstâncias e chegam às suas conclusões de quem vai assumir o cuidado.

Entra na conta o valor a ser recebido pelo programa, que muitas vezes sequer é divulgado entre os parentes, para evitar que queiram “tomar” a criança por puro interesse financeiro. O interesse pelo bem-estar da criança é entendido como independente do valor recebido pelo governo do estado, motivado pelo puro amor ou por dívida com a pessoa falecida.

Ao mesmo tempo em que há raciocínio e lógica, há imperativos morais que impedem que certas mulheres deixem crianças serem levadas para abrigos ou por familiares que poderiam fazer-lhes mal. Além da crença de que mulheres sabem cuidar naturalmente, mesmo nunca tendo sido mães, como Jandira e Edilma; mesmo com pouca idade, como Luara; mesmo idosas, como Dona Glória. Ao mesmo tempo, é a presença mesma dessas crianças e adolescentes na vida dessas mulheres, fruto da tragédia da Covid-19, que permite uma ressignificação da vida e forças para seguir em frente. A vida não para; as crianças estão aí e precisam ser cuidadas.

AGRADECIMENTOS

Este artigo é financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), entidade ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações para incentivo à pesquisa no Brasil, no âmbito da Chamada nº CNPq/MCTI/FNDCT n.º 40/2022. Também teve o apoio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano da Paraíba (SEDH), principalmente por meio da assistente social Jéssica Juliana, e das famílias pesquisadas, que nos receberam com engajamento, delicadeza e civilidade.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, Mohana Ellen Brito Moraes. **Os ciclos do cuidado: costurando olhares sobre a relação entre avós e netos.** Laura Marques. 2022. 206 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

CAVALCANTE, Mohana Ellen Brito Moraes. **Mãe-bebê-avó: dilemas geracionais da maternidade na adolescência.** 2018. 198 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018.

CARNEIRO, Rosamaria Giatti; BRAGA, Raquel Vieira; BATISTA, Milena; CALLADO, Luciana Rodrigues; BARTOLOMEU, Amanda. Algumas notas sobre este dossiê: Às voltas com cuidado, gênero e coronavírus. **Pós**, Brasília, v. 17, n. 1, p. 8-11, 2022. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistapos/article/view/43792>. Acesso em: 17 jan. 2024.

FAUR, Eleonor. **El cuidado infantil en el siglo XXI: Mujeres malabaristas en una sociedad desigual.** Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2014.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.** São Paulo: Elefante, 2018.

FERREIRA, Núbia Guedes de Barros. Criança: ator social e sujeito de pesquisa no mundo adultocêntrico. //n. RAMALHO, Luziana; RODRIGUES, José Welhinton Cavalcante (Org.). **Violência, segurança pública, eugenia e direitos humanos**. João Pessoa: Editora do CCTA, 2023. p. 152-170.

FONSECA, Cláudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50-59, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/WGpvJkq4tm4wmZJbGcMkHGq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 jan. 2024.

GARGANTÉ, Christel Keller. Grupos de Crianza Compartida: Una alternativa comunitaria en la organización del cuidado en la primera infancia. **Quaderns-e de l'Institut Català d'Antropologia**, Barcelona, v. 22, n. 2, p. 167-182, 2017. Disponível em: https://www.antropologia.cat/estatic/files/11_Keller.pdf. Acesso em: 22 jan. 2024.

GENTA, Natalia. Representaciones sociales de cuidado infantil y género: una propuesta de tipología. **Revista de Ciências Sociais**, Santa Maria, v. 9, n. 3, p. 779-819, 2019. <http://dx.doi.org/10.5902/2236672541351>

JAMES, Allison. Giving Voice to Children's Voices: Practices and Problems, Pitfalls and Potentials. **American Anthropologist**, v. 109, n. 2, p. 261-272, 2007.

LONGHI, Marcia Reis. Os dilemas de Ruth: conexões entre saúde, família e cuidados. **Revista Mundaú**, Maceió, n. 6, p. 145-158, 2019.

LOPES, Laura Marques. **Pandemia da Covid-19, orfandades e políticas públicas no Consórcio Nordeste: uma análise a partir da antropologia**. 2023. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2023.

MÜLLER, Fernanda. Infância e cidade: Porto Alegre através das lentes das crianças. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n.1, p. 295-318, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/fK8zzwVxtkZz6dydRxhmB3m/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

PEREZ, Léa Freitas. Fazer corpo na duração do fazer corpo. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 44, n. 2, p. 150-166, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/revcienso/article/view/849>. Acesso em: 22 jan. 2024.

PIRES, Flávia. Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica. **Revista de Antropologia**, v. 50, p. 225-270, 2007.

PIRES, Flávia. Pesquisando crianças e infância: abordagens teóricas para o estudo das (e com as) crianças. **Cadernos de Campo (São Paulo-1991)**, v. 17, n. 17, p. 133-151, 2008.

PUIG DE LA BELLACASA, Maria; BÖSCHEMEIER, Ana Gretel Echazú; ENGEL, Cíntia; GRECO, Lucrecia Raquel; FIETZ, Helena. O pensamento disruptivo do cuidado. **Anuário Antropológico**, Brasília, v. 48, n. 1, p. 108-133, 2023. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/49154>. Acesso em: 17 jan. 2024.

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Os cabelos de Jennifer: por etnografias da participação de 'crianças e adolescentes' em contextos da 'proteção à infância'. **Política & Trabalho**, João Pessoa, n. 43, p. 49-64,

2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/26329>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SANTOS, Patrícia Oliveira Santana dos; PIRES, Flávia Ferreira. A invenção da infância: mudança geracional na comunidade de Feira Nova (Orobó/PE) a partir do Programa Bolsa Família. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 61, n. 2, p. 156-186, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/148951>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SCOTT, Parry. **Famílias brasileiras: poderes, desigualdades e solidariedades**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

SINGER, Merrill; RYJKO-BAUER, Barbara. The Syndemics and Structural Violence of the COVID Pandemic: Anthropological Insights on a Crisis. **Open Anthropological Research**, v. 1, n. 1, p. 7-32, 25 dez. 2020.

SILVA, Antonio Luiz. **Pelas Beiradas: Duas décadas do ECA em Catingueira**. 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

SOUZA, Emilene Leite; PIRES, Flávia Ferreira. 'Vai entrar no livro'? a participação das crianças das pesquisas de campo aos textos etnográficos. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n. 28, p. 141-158, 2020.

SOUZA, Emilene Leite de; PIRES, Flávia Ferreira. Entendeu ou quer que eu desenhe? Os desenhos na pesquisa com crianças e sua inserção nos textos antropológicos. **Horizontes Antropológicos** (online), Porto Alegre, v. 27, p. 61-93, 2021.

ZELIZER, Viviana. A economia do care. **Civitas**, Porto Alegre, v. 10, n. 3, p. 376-391, 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/8337>. Acesso em: 17 jan. 2024.

Recebido em 30 de janeiro de 2024.
Aprovado em 17 de agosto de 2024.

